

# Notícias e Notas de Leitura



## Ciclo de colóquios O ESTADO DA HISTÓRIA

(Porto, 21 de Março de 2001, 4 de Abril de 2001 e 29 de Maio de 2002)

O Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entendeu assinalar a sua institucionalização recente em Departamento através da promoção de exercícios de reflexão colectiva, com características mais abrangentes do que as actividades sectoriais normalmente promovidas pelos núcleos de investigação que o integram (institutos e unidades de investigação).

Dentro deste espirito de chamar todos os docentes/investigadores a um debate, privilegiou-se, como temática inicial, um balanço crítico que contribuisse para estabelecer o "Estado da História", tendo em conta os desenvolvimentos recentes das áreas em que a disciplina de História e o respectivo Departamento desenvolvem uma acção mais incisiva.

Na linha de uma colaboração já estreita, que se regista e agradece, contou-se para esse efeito com o contributo de eminentes especialistas de outras universidades, que se dispuseram a animar o debate, trazendo-nos os seus pontos de vista. As sessões decorreram no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras.

A primeira sessão, que ocorreu em 21 de Março de 2001, teve como tema "Estado da História- A investigação" e contou com as seguintes participações, sob moderação de Francisco Ribeiro da Silva:

- Luís Reis Torgal, da Universidade de Coimbra;
- José Maria Amado Mendes, da Universidade de Coimbra;
- Fernando Catroga, da Universidade de Coimbra;
- Humberto Baquero Moreno, da Universidade do Porto;
- Luís Oliveira Ramos, da Universidade do Porto.

A segunda sessão ocorreu no dia 4 de Abril de 2001, tendo como tema "Estado da História – O Ensino". Sob a coordenação de Eugénio dos Santos, apresentaram os seus pontos de vista:

- Isabel Barca, da Universidade do Minho;
- Luís Adão da Fonseca, da Universidade do Porto;
- Armando Luís de Carvalho Homem, da Universidade do Porto;
- Luís Alberto Marques Alves, da Universidade do Porto;
- Joaquim Mendes Moreira , da Universidade do Porto;
- Aníbal Barreira, da Universidade do Porto.

Finalmente, por ocasião da apresentação pública do primeiro número da terceira série da presente Revista da Faculdade de Letras – História, teve lugar a terceira sessão do ciclo, agora dedicada ao tema "Estado da História – A Divulgação", centrada no papel e nos percursos das revistas de História. Sob a moderação de Francisco Ribeiro da Silva, Vice-Reitor da Universidade do Porto e director da Revista da Faculdade de Letras – História, expuseram os processos de edição, promoção e divulgação das suas revisitas, os seguintes responsáveis:

- Luís Reis Torgal, da *Revista de História das Ideias e dos Estudos do Século XX*;
- Magda Pinheiro e Maria João Vaz, da *Ler História*;
- Jaime Ferreira, da *Revista de História Económica e Social*;
- Amélia Polónia, Maria da Conceição Meireles Pereira e Luís Miguel Duarte, da Comissão de Redacção da *Revista da Faculdade de Letras – História*.

## Colecção Portucale

(Porto, Abril de 2001)

Em Abril de 2001 teve lugar a cerimónia de lançamento da Colecção *Portucale*, na Fundação de Serralves. Esta obra, composta por onze volumes dedicados ao Porto, com cerca de 150 páginas cada um e profusamente ilustrados, contou com a colaboração do Instituto de Documentação Histórica, mediante protocolo assinado com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É uma coleção que patenteia uma visão plural da cidade do Porto, na medida em que congrega vários docentes da Faculdade de Letras do Porto, integrados quer no Departamento de História, quer no Departamento de Ciências e Técnicas do Património, e também pessoas não directamente ligadas ao mundo universitário. Este leque de participações reflectiu-se na estrutura plurifacetada da Colecção, que desde logo suscitou o interesse da comunidade académica e civil, nomeadamente do sector cultural e empresarial.

A Colecção Portucale foi editada pelas Edições Inapa e patrocinada pela Fundação Banco Comercial Português, Instituto de Documentação Histórica e Porto 2001.

Os onze volumes distinguem-se pelo rigor científico e pela qualidade gráfica e abrangem temas de grande amplitude, como se pode constatar no elenco que a seguir se apresenta:

- Azulejaria portuense – Prof. Doutor Fausto Martins
- A casa nobre no Porto na Época Moderna – Joaquim Jaime Ferreira-Alves
- A escola de talha portuense e a sua influência no norte de Portugal – Natália Marinho Ferreira-Alves
- Forais manuelinos do Porto e do seu termo – José Manuel Garcia e Francisco Ribeiro da Silva
- As fortificações do litoral portuense – Mário Jorge Barroca
- Gastronomia portuense – Hélio Loureiro
- Jardins históricos do Porto – Teresa Andresen e Teresa Portela Marques
- Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital – Paula Pinto Costa e Lúcia Rosas
- O Porto das Luzes ao Liberalismo – Francisco Ribeiro da Silva
- Portuenses na História – Luís António de Oliveira Ramos
- Rótulos e cartazes no vinho do Porto – François Guichard

*Paula Maria de Carvalho Pinto Costa*

## História e Patrimónios – Abordagens

(Porto, 11 de Maio de 2001)

Numa acção conjunta do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através do Mestrado em História Contemporânea e do Projecto Jean Monnet para História Europeia Contemporânea (Licenciatura em Estudos Europeus), e da Câmara de Comércio e Indústria do Porto – Associação Comercial do Porto, decorreu no Auditório do Palácio da Bolsa, em 11 de Maio de 2001, o colóquio “História e patrimónios – abordagens”, aberto ao público em geral.

O objectivo principal do colóquio passava por promover a discussão sobre diferentes formas de abordar o património histórico e as formas de intervenção mais adequadas a cada caso.

Depois da saudação inicial a todos os participantes pelo secretário geral da Associação Comercial do Porto, Dr. Almeida Conde, desenrolaram-se as seguintes intervenções, seguidas de debate:

- Luísa Santos, Presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial – *A acção da APAI;*

- Ana Cardoso de Matos, da Universidade de Évora e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - *Gás e Electricidade no Porto: a Central do Ouro*;
- Teresa Soeiro, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - *Património vernacular: o caso de Penafiel*;
- Natália Fauvrelle Ferreira, do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - *As arquitecturas do Vinho do Porto*;
- Elvira Rebelo, do Instituto Português do Património Arquitectónico - *Espaços conventuais do Porto, destinos e funções: o caso das Carmelitas*;
- Maria José Moutinho Santos, do Departamento de História, Faculdade de Letras – Universidade do Porto - *A Cadeia da Relação*;
- Jorge Fernandes Alves, do Departamento de História, Faculdade de Letras – Universidade do Porto - *O Porto e os projectos portuários para o Douro*.

Jorge Fernandes Alves

## História e Memória do Porto 1945-1974

II Curso de Verão do Instituto de História Contemporânea da FLUP  
(Porto, 13-15 de Setembro de 2001)

O Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras do Porto realizou nos dias 13, 14 e 15 de Setembro de 2001 a segunda edição do seu Curso de Verão, desta feita subordinado ao tema *História e Memória do Porto 1945-1974*, visando assim congregar abordagens historiográficas e memorialísticas da cidade entre o final da guerra e as vésperas da revolução. Esta actividade foi apoiada pelo Conselho Directivo da FLUP e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

As sessões do curso foram organizadas em cinco painéis que integravam especialistas dos assuntos analisados, bem como testemunhos vivenciais prestados por pessoas directamente envolvidas nas áreas em debate. A constituição e moderação dos referidos painéis ficou a cargo de docentes da FLUP e membros do Instituto de História Contemporânea.

O 1º painel, moderado por Maria Antonieta Cruz, abordou as *Relações Estado/Igreja* e contou com uma intervenção do Professor Arnaldo Pinho, sacerdote e investigador que expôs as linhas fundamentais daquela problemática, seguindo-se o testemunho do Dr. António Melo, antigo membro da Juventude Universitária Católica do Porto.

Jorge Fernandes Alves apresentou o painel *Indústria, representações e vivências*, conduzindo uma interessante e reveladora entrevista ao Engenheiro Francisco Almeida e Sousa, ex-presidente da Associação Industrial Portuense.

No segundo dia, Luís Alberto Marques Alves e Luís Grosso Correia trataram *O Ensino Secundário Liceal e Técnico*, painel em que a vivacidade e diversidade dos testemunhos ficou bem patente. Foram seus convidados Garcia Alves, ex-docente da Escola Secundária Infante D. Henrique; Francisco Barros, funcionário administrativo ao presente a exercer funções na escola Secundária António Sérgio; a Dr.ª Daisi Agostinho da Silva, professora na Escola Secundária Carolina Michælis; e o Professor Manuel Gomes da Torre, catedrático aposentado da FLUP.

*O Porto nas Imagens do Cinema* constituiu o quarto painel, apresentado por Maria da Conceição Meireles Pereira que também foi a responsável pela coordenação do curso. Após uma breve introdução da moderadora sobre as históricas relações desta cidade com o cinema, o Professor João Francisco Marques fez uma intervenção sobre a obra e a figura do cineasta Manoel de Oliveira, seu amigo de longa data com quem

colaborou em alguns filmes na qualidade de consultor histórico. O Dr. Sérgio Ferreira Costa Andrade, jornalista do *Público* e especialista em estudos cinematográficos, apresentou uma comunicação sobre o tema que dava nome ao painel, intercalando as palavras com a visualização de excertos das fitas mencionadas.

O último painel foi moderado por Manuel Loff e versou as *Memórias do Trabalho: testemunhos do Porto laboral*. Além do arquivista Dr. Silvestre Lacerda que no âmbito da Universidade Popular do Porto (com apoio da Sociedade Porto 2001) participou num projecto sobre memórias do trabalho, foram aqui intervenientes os ex-dirigentes sindicais Amália Andrade e Vítor Ranita.

Esta segunda edição do curso contou novamente com várias dezenas de inscrições o que proporcionou a ocorrência de tempos de debate. Foi feita a gravação video das diversas sessões, constituindo esse material um apoio à docência e à investigação que o IHC poderá disponibilizar desde que solicitado para o efeito.

Maria da Conceição Meireles Pereira

## **Movilidad interna y migraciones intraeuropeas en la Península Ibérica (Santiago de Compostela, 8 e 9 de Novembro de 2001)**

No âmbito da “Cátedra Unesco sobre Migracóns” e da série “Coloquios en Compostela 2001” decorreu na Universidade de Santiago de Compostela, em 8 e 9 de Novembro de 2001 o colóquio sobre “Movilidad interna y migraciones intraeuropeas en la Península Ibérica”, coordenado pelos professores Antonio Eiras Roel e Domingo Gonzalez Lopo. Com uma conferência inaugural de Juan Diez-Nicolas, da Universidade Complutense de Madrid, que equacionou os problemas recentes das migrações e suas configurações na Espanha, o colóquio teve sequência em duas sessões: uma sessão dedicada às migrações históricas (1500-1900), com intervenções de Ramón Lanza García (U. Autónoma de Madrid), María José de la Pascua Sanchez (U. Cadiz), Fernanda Delgado Cravidão (U. Coimbra) e Jorge Fernandes Alves (U. Porto); outra dedicada às migrações contemporâneas, com a participação de Maria Engrácia Leandro (U. Minho), Maria Beatriz Rocha-Trindade (U. Aberta, Lisboa), Juan B. Vilar (U. Murcia) e Vicente Gozalves (U. Alicante).

Jorge Fernandes Alves

## **I Semana de Estudos Medievais (Porto, 22-24 de Novembro de 2001)**

A *I Semana de Estudos Medievais* foi organizada pelo Instituto de Documentação Histórica e decorreu de 22 a 24 de Novembro de 2001, na Faculdade de Letras do Porto. Este evento integrou um curso sobre Ordens Militares, uma conferência, o encontro anual das Cátedras Sánchez Albornoz e Alexandre Herculano, com uma sessão solene de apresentação dos projectos de colaboração internacional do Instituto de Documentação Histórica e com uma mesa redonda sobre a obra científica e pedagógica do Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, tendo lugar a intervenção do Prof. Doutor José Marques e da Dra Fernanda Santos, e a inauguração da exposição bibliográfica dedicada ao mesmo historiador.

O curso sobre Ordens Militares foi ministrado pelo Prof. Doutor Manuel González Jiménez da Universidade de Sevilha, que foi responsável por um seminário intitulado *Ordens Militares na Espanha Meridional*, cujo se dividiu em duas sessões, a saber, Andaluzia: terra de fronteira e O final da expansão: as Ordens Militares na Andaluzia (1225-1350). O referido Professor proferiu ainda uma conferência dedicada ao problema da tolerância na Espanha das três culturas.

No âmbito do protocolo com o Consiglio Nazionale delle Richerche de Itália, o Prof. Doutor Francesco Casula, da Universidade de Cagliari, fez uma conferência onde deu a conhecer o panorama actual dos estudos medievais em Itália.

O encontro anual das Cátedras Sánchez Albornoz e Alexandre Herculano foi marcado por um colóquio com nove intervenções, subordinadas ao tema “As rainhas na história medieval da Península Ibérica”, que passamos a enumerar:

- Prof. Doutor José Augusto Pizarro (Universidade do Porto) – As casas das rainhas: significado político e social (sécs. XII-XIII)
- Prof. Doutor Carlos Ayala Martinez (Universidade Autónoma de Madrid) – Beatriz de Castilla, Reyna de Portugal
- Prof. Doutor Bernardo de Sá-Nogueira (Universidade de Lisboa) – Percurso político da Infanta Dona Isabel de Aragão, rainha de Portugal
- Prof. Doutor Eduardo Pardo de Guevara y Valdés (CSIC de Santiago de Compostela) – D. Pedro el de la Guerra y su descendencia: Inês de Castro
- Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno (Universidade do Porto) – Leonor Teles: uma rainha inquieta
- Prof. Doutor Cesar Oliveira (CSIC de Santiago de Compostela) – Doña Beatriz, reyna de Portugal y Castilla
- Prof. Doutor Vicente Álvarez Palenzuela (Universidade Autónoma de Madrid) – Maria, infanta de Aragón reyna de Castilla
- Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra) – Leonor de Aragão, imperatriz da Alemanha
- Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos (Universidade de Coimbra) – As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média.

A I Semana de Estudos Medievais contou com cerca de 70 participantes, destacando-se a presença de docentes da Faculdade de Letras do Porto e de alunos da Licenciatura em História e do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em História Medieval e do Renascimento.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

### XIII Congresso Internacional da AHILA – Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (Ponta Delgada, 3-6 de Setembro de 2002)

Vai realizar-se em Ponta Delgada, sob os auspícios da Universidade dos Açores, entre 3 e 6 de Setembro de 2002, o XIII Congresso trienal da “Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus”. Esta reunião decorre sob o tema “O Atlântico como elo de união dos Povos: Sociedades, Políticas, Economias e Cultura”. Neste encontro vão participar vários especialistas, europeus e americanos, estudiosos da História das Américas e do mundo atlântico. Os títulos das mesas de trabalho, que a seguir se reproduzem, são, por si mesmos, um espelho da diversidade das temáticas a discutir. Assim, além de uma mesa de carácter geral onde apresentarão comunicação todos os participantes cujos trabalhos não se insiram nas matérias versadas nas restantes, terão lugar os seguintes simpósios: *Entre Historia e memória: Fontes e métodos para uma história do género; A imagem do Atlântico na Europa central; A economia marítima de América Latina e das Filipinas. Séculos XVI-XVIII; Colectividades e processos de formação do estado nação moderno;*

*Estudos Latinoamericanos na Internet; Micro-história na América Latina: metodologia, temas e linhas de investigação. As migalhas e a pluralidade; O exílio político latinoamericano, séculos XIX e XX; América Latina em imagens: cinema; imprensa política e cultural, banda desenhada; Os espaços femininos no mundo americano, séculos XVI a XIX. Cultura, resistência e poder; Cidadania, representatividade e participação dos coletivos sociais no processo de construção das nações ibero-americanas durante o século XIX; Faces e interfaces da história: Europa e América Latina; Um fado tropical: história e política nas canções populares; Globalização e periferia local: Redefinição das fronteiras culturais, económicas e sociais; Portugal e Brasil na construção do mundo atlântico, do século XV aos nossos dias; O anticlericalismo na Europa Latina e na América Latina, séculos XIX e XX; A transformação da propriedade na Europa e na América (1750-1910): indivíduos e corporações; Carreiras e imagens da vida pública entre os séculos XVI e XVIII; Processos Revolucionários liberais no México e em Espanha; Intelectuais modernos e intelectuais tradicionais na América Latina, finais do século XIX e século XX; Novo e Velho Mundo: Relações Internacionais no século XIX; Sociedades ilustradas europeias e seu impacto na América; O mundo agrário na América Latina e na Europa Mediterrânea: terras, relações sociais e condições de vida, séculos XVIII-XX; América Latina e Espanha: migração, interesses políticos, económicos e diplomacia, séculos XIX e XX; Países do sul da Europa e da América Latina. História da família, história da sociedade e dinâmica demográfica e A afirmação do regime liberal em Portugal e os meandros da independência do Brasil.*

Jorge Martins Ribeiro

## CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

O CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, “associação de investigação científica, sem fins lucrativos”, fundado em 1989, é um centro de investigação interuniversitário, com estatutos próprios publicados no *Diário da República* nº 13 de 16.1.1990 e nº 100 de 29.4.1999, que se encontra sediado na Universidade do Porto. Considerado como unidade de investigação desde 1996, no âmbito da Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia, agrega investigadores das universidades do Porto, Aveiro, Nova de Lisboa, Clássica de Lisboa, Lusíada, Católica de Viseu, Açores, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Viana do Castelo e ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia.

O CEPESE tem por objecto promover a investigação e a divulgação de todas as temáticas directa ou indirectamente relacionadas com a população, economia e sociedade, em especial na sociedade portuguesa.

Para a consecução desses objectivos, desenvolve as acções que os seus órgãos entendem ser as mais adequadas, nomeadamente:

- a) Realizar programas e projectos de investigação nos domínios da demografia, demografia social, demografia histórica, história económica, história social, história das relações internacionais, planeamento dos recursos humanos, família e ecologia humana e prospectiva;
- b) Apoiar, nos diversos níveis de ensino, as acções de formação directa ou indirectamente ligadas às áreas supra mencionadas;
- c) Desenvolver acções de formação permanente;
- d) Divulgar os resultados da sua acção através de publicações especializadas;
- e) Prestar serviços de apoio à comunidade.

O CEPESE pode também cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e particularmente com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), em todas as

acções adequadas à prossecução dos seus fins, colaborando com outros centros de investigação, nacionais e estrangeiros, com alguns dos quais tem protocolos de cooperação.

O CEPSE rege-se pelos presentes estatutos, por regulamentos internos, e pelas disposições particulares que, caso a caso, forem estabelecidas em convénios e protocolos celebrados entre o CEPSE e outras instituições.

A sua investigação desenvolve-se em torno das problemáticas da População, História Económica, História Social, Demografia e Prospectiva, apoiando a realização de estudos, propiciando a discussão e debate dos resultados de investigação em encontros regulares e pluridisciplinares, e promovendo a sua publicação na revista editada desde 1995, *População e Sociedade*, a qual tem publicados, até ao momento, 7 números, encontrando-se os números 8 e 9 no prelo.

Actualmente, a investigação desenvolve-se em torno de cinco linhas principais:

1. População, Migrações e Prospectiva

Responsáveis – Prof. Doutor Manuel Nazareth e Prof. Doutor Fernando de Sousa

2. Estruturas Económicas e Industrialização

Responsável – Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves

3. Famílias, Espaços de Socialização e Marginalidades

Responsável – Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria José Moutinho dos Santos

4. Relações Portugal - Espanha

Responsável – Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Conceição Meireles Pereira

5. A Companhia Geral de Agricultura do Alto Douro

Responsável – Prof. Doutor Fernando de Sousa

O CEPSE funciona num edifício autónomo, disponibilizado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A Biblioteca inclui cerca de 3 000 volumes referentes a temas relacionadas com a investigação produzida no CEPSE, dispondo de um ficheiro informatizado para ser disponibilizado on-line (Internet).

O Centro tem um site próprio <http://www.letras.up.pt/cepese>), neste momento em reformulação, de forma a ampliar os seus serviços, através da instalação de um servidor próprio.

*Fernando de Sousa*

**Departamento de História – Serviço Docente 2002/2003**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA – 1º e 2º Ano**  
**Nova Estrutura Curricular**

<b>Pré-História</b>	Vítor Oliveira Jorge
<b>Civilizações Pré-Clássicas</b>	José Amadeu Coelho Dias
<b>Civilizações Clássicas</b>	Carlos Alberto Brochado de Almeida
<b>História Política na Época Medieval</b>	José Augusto Pizarro
<b>História Económica e Social na Época Medieval</b>	Paula Maria Pinto Costa
<b>História da Cultura na Época Medieval</b>	Luís Miguel Duarte
<b>Economia e Sociedade no Portugal Medieval</b>	Luís Carlos Amaral
<b>História Política Medieval de Portugal</b>	Armando L. de Carvalho Homem
<b>História da Cultura Medieval de Portugal</b>	Maria Cristina Cunha
<b>Teoria e Tipologia das Fontes em História</b>	Armando L. de Carvalho Homem
<b>História da Historiografia</b>	Maria Fernanda Santos
<b>Métodos e Técnicas de Investigação Histórica</b>	Armando L. de Carvalho Homem
<b>Metodologia em História Medieval</b>	Maria Fernanda Santos
<b>Informática Aplicada</b>	Amélia Polónia
<b>Paleografia e Diplomática Medieval</b>	Helena Osswald
<b>Paleografia e Diplomática Moderna</b>	Luís Carlos Amaral
<b>Genealogia e Heráldica</b>	Paula Maria Pinto Costa
<b>História da Igreja</b>	António Barros Cardoso
<b>História da Alta Idade Média em Portugal</b>	Maria Cristina Cunha
<b>História dos Estados Unidos da América</b>	Maria Cristina Cunha
<b>História das Relações Internacionais</b>	José Augusto Pizarro
<b>História da Integração Europeia</b>	José Marques
<b>Judeus e Cristãos Novos na Cultura Portuguesa</b>	Luís Carlos Amaral
<b>História da Cidade do Porto</b>	Jorge Martins Ribeiro
<b>História do Livro</b>	Jorge Martins Ribeiro
<b>História do Pensamento Económico</b>	Jorge Martins Ribeiro
<b>História do Género</b>	Elvira Mea
<b>História dos Concelhos e do Municipalismo</b>	António Barros Cardoso
<b>História de Timor</b>	António Barros Cardoso
<b>História da Assistência em Portugal</b>	Jorge Fernandes Alves
<b>História Medieval Peninsular</b>	Maria José Moutinho
<b>História do Brasil</b>	Paula Maria Pinto Costa
<b>História do Pensamento Político</b>	Maria Inês Amorim
<b>História Local e Cidadania Patrimonial</b>	Jorge Fernandes Alves
	Ivo Carneiro de Sousa
	Ivo Carneiro de Sousa
	José Augusto Pizarro
	Eugénio dos Santos
	José Maciel Santos
	Luís Miguel Duarte

## LICENCIATURA EM HISTÓRIA – 3º, 4º e 5º Ano

### Anterior Estrutura Curricular

**História Moderna de Portugal**  
**Sociedade, Economia e Política na Época Moderna**  
**Cultura e Mentalidades na Época Moderna**  
**História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa**  
**Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem**  
**Introdução às Ciências da Educação**

#### *3º Ano (Ramos Científico e Educacional)*

Helena Osswald  
 Maria Inês Amorim  
 Cândido dos Santos  
 Amélia Polónia  
 Docente da Secção Autónoma de Educação  
 Docente da Secção Autónoma de Educação

**História Contemporânea de Portugal**  
**Sociedade, Economia e Política na Época Contemporânea**  
**Cultura e Mentalidades na Época Contemporânea**  
  
**Teoria da História**  
**Metodologia do Ensino da História**  
**Organização e Desenvolvimento Curricular**

#### *4º Ano (Ramos Científico e Educacional)*

Antonieta Cruz  
 Manuel Loff  
 Eugénio dos Santos  
 Maria da Conceição Meireles  
 José Maciel Santos  
 Aníbal Barreira  
 Docente da Secção Autónoma de Educação

**Seminário**

#### *5º Ano (Ramo Educacional)*

Luís Alberto M. Alves  
 Joaquim Mendes Moreira  
 Luís Alberto M. Alves  
 Joaquim Mendes Moreira  
 Aníbal Barreira

**Estágio Pedagógico**

## LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA ARTE

**História Medieval I**  
**História Medieval II**  
**Cultura Medieval I**  
**Cultura Medieval II**  
**História Moderna I**  
**História Moderna II**  
**Cultura Moderna I**  
**Cultura Moderna II**  
**História Contemporânea I**  
**História Contemporânea II**  
**Cultura Contemporânea I**  
**Cultura Contemporânea II**  
**Genealogia e Heráldica**

Maria Fernanda Santos  
 Luís Carlos Amaral  
 Luís Miguel Duarte  
 Maria Fernanda Santos  
 António Barros Cardoso  
 Helena Osswald  
 Elvira Mea  
 Elvira Mea  
 Maria Antonieta Cruz  
 Maria Antonieta Cruz  
 Eugénio Francisco dos Santos  
 Maria da Conceição Meireles  
 José Augusto Pizarro

**LICENCIATURA EM ARQUEOLOGIA**

História Medieval e do Renascimento I  
História Medieval e do Renascimento II  
História Moderna  
História Contemporânea

Maria Fernanda Santos  
Maria Fernanda Santos  
Ivo Carneiro de Sousa  
Maria José Moutinho

**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

História da Cultura I  
História da Cultura II  
História da Adm. Pública I  
História da Adm. Pública II

António Barros Cardoso  
Manuel Loff  
Maria Inês Amorim  
José Maciel Santos

**LICENCIATURA EM JORNALISMO E CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

Cultura Portuguesa Contemporânea

Maria da Conceição Meireles

**LICENCIATURA EM ESTUDOS EUROPEUS**

História da Integração Europeia  
História das Relações Internacionais  
História das Instituições Europeias  
História do Pensamento Económico  
História das Doutrinas Económicas e Sociais

Jorge Martins Ribeiro  
Jorge Martins Ribeiro  
Jorge Martins Ribeiro  
Jorge Fernandes Alves  
Jorge Fernandes Alves

**MESTRADO EM ESTUDOS AFRICANOS**

José Maciel dos Santos

**CURSO INTEGRADO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
EM HISTÓRIA MEDIEVAL E DO RENASCIMENTO**

Armando L. de Carvalho Homem  
José Augusto Pizarro  
Luís Adão da Fonseca  
Luís Carlos Amaral  
Luís Miguel Duarte  
Maria Cristina Cunha  
Paula Maria Pinto Costa

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO**

António Barros Cardoso  
Jorge Fernandes Alves  
Luís Miguel Duarte

**MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA**

Maria da Conceição Meireles Pereira  
Eugénio dos Santos  
Jorge Fernandes Alves  
Manuel Loff

**MESTRADO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Maria da Conceição Meireles Pereira  
Eugénio dos Santos  
Jorge Fernandes Alves  
Luís Alberto Marques Alves  
Maria José Moutinho  
Manuel Loff

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO E MESTRADO  
EM ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS**

Amélia Polónia  
Cândido dos Santos  
Elvira Mea  
Helena Osswald  
Jorge Martins Ribeiro  
Maria Inês Amorim

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “Diploma Universitário de Formação  
de Professores de Português, Língua Estrangeira” (DEPER)**

Luís Carlos Amaral

GUENÉE, Bernard, 1999 – *Un Roi et son Historien. Vingt études sur le règne de Charles VI et la Chronique du Religieux de Saint-Denis*, Paris, Institut de France / Diffusion De Boccard, 540 pp. («Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres», nouvelle série, t. XVIII).

Quase em simultâneo com a saída do volume em sua homenagem, resultante de um colóquio realizado aquando da jubilação universitária<sup>1</sup>, Bernard Guenée publica a obra em epígrafe, reeditando um total de 18 estudos dados à estampa entre 1988 e 1999, acrescidos de dois ainda inéditos; tudo antecedido de uma «Introduction» (pp. 7-30) e sucedido de uma extensa *bibliografia* (pp. 479 ss.), de uma relação das passagens de Guillaume de Tyr retomadas pelo «Religieux de Saint-Denis» [Michel Pintoin, doravante MP] (pp. 495 ss.) e por índices onomástico, toponímico, de expressões latinas e de referências à *Chronique du Religieux de Saint-Denis* (pp. 501 ss.).

Percorramos rapidamente a «Introduction». BG começa por recordar brevemente o seu percurso post-doutoramento (1963): o volume para a «Nouvelle Clio» sobre os *Estados* de finais da Idade Média<sup>2</sup> e a subsequente passagem às *mentalidades políticas* e à Historiografia da Idade Média Ocidental, notavelmente consubstanciada em *Histoire et Culture Historique*<sup>3</sup>.

Mas o tempo das sínteses passara, apesar do prazer sentido na elaboração daquelas obras, hoje clássicas: «*Un jour vint où il m'a paru nécessaire de contrôler et de nuancer les idées qui avaient pu me venir dans les vingt années précédentes, de les lever de réalités mieux appréhendées, dans un cadre plus limité*» (p. 8). O «fascínio» pelo reinado de Carlos VI (1380-1422) fez o resto, aliado à atitude intelectual de quem considera que um historiador, independentemente das obras de síntese que possa produzir, jamais deverá esquecer a erudição: «*Les dépouilllements d'archives, l'étude de documents longtemps publiés et depuis longtemps oubliés, la lecture attentive d'articles érudits et de livres austères sont nécessaires pour que lèvent les idées de l'historien, et qu'elles éclairent sans les trahir les complexités du réel. Or, pour la période que je venais de considérer, il était clair que malgré des synthèses méritoires et de remarquables travaux ponctuels, toutes les archives disponibles étaient loin d'avoir été dépouillées, toutes les éditions nécessaires étaient loin d'avoir été données, les textes publiés étaient loin d'avoir livré leurs secrets. Le long règne de Charles VI apparaît encore aujourd'hui comme une immense chantier. Il m'a paru bientôt nécessaire de mettre ce que j'avais pu apprendre d'histoire politique et d'histoire de l'historiographie à l'épreuve d'un texte fondamental pour la connaissance du règne de Charles VI, la Chronique du Religieux de Saint-Denis*» (p. 8)<sup>4</sup>.

Precisando depois todo o seu programa de trabalho em torno de Carlos VI e do seu cronista (pp. 8-11), aproveitando para algumas «mises au point» dos textos que depois reedita (pp. 11 ss.), BG finalizará com uma passagem de Ernest Renan sobre a efêmera validade das ciências históricas, por maior que seja a «precisão» dos seus cultores (p. 30).

Os 20 estudos que o volume inclui estão agrupados em 4 secções:

- I. «MP et sa *Chronique de Charles VI*»;
- II. «Le roi Charles VI»;
- III. «La France de Charles VI»; e
- IV. «Quelques instruments de la vie politique».

<sup>1</sup> Cf. AUTRAND, Françoise; GAUVARD, Claude, MOEGLIN, Jean-Marie (Eds.); 1999 - *Saint-Denis et la Royauté. Études offertes à Bernard Guenée, membre de l'Institut*, Paris, Publications de la Sorbonne.

<sup>2</sup> GUENÉE, Bernard, 1998 - *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Les États*, 6.<sup>a</sup> ed., Paris, PUF, (1<sup>a</sup> edição: 1971).

<sup>3</sup> GUENÉE, Bernard, 1991 - *Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval*, Paris, Aubier, (1<sup>a</sup> edição: 1980). Para mais extensa informação sobre o percurso intelectual e as obras de BG cf. A. L. de Carvalho HOMEM, 1997 - *Nos 70 anos de Bernard Guenée* in “Revista da Faculdade de Letras - História”, II sér., XIV, pp. 703-711.

<sup>4</sup> Note-se que BG prefaciou em 1994 a reed. da ed. oitocentista da referida Crónica.

Examinemos brevemente, para cada secção, alguns dos trabalhos, mormente em função da condição que possam ter de *lições de método*.

Na secção I. o meu destaque vai para o texto 5., «*Fiction et réalité dans l'oeuvre du Religieux de Saint-Denis: l'exemple de la paix de Tournai (1385)*»<sup>5</sup>. Depois de passar em revista as boas e más «reputações» de MP na viragem do século XIX para o XX – com base na ed. bilingue de L.-F. Bellaguet (1839-1852)<sup>6</sup> –, BG opta por um *caso*: a narração da *paz de Tournai* (1385). Este evento coroa um conflito, remontando a 1382, entre os Flamengos e o seu conde, Luís de Male. A hoste real francesa acaba por intervir na questão, pelo facto de o duque da Borgonha, Filipe o Ousado, tio do então adolescente (14 anos) Carlos VI, ser casado com a filha única do conde da Flandres. Militarmente, o ano de 1382 assistira a derrotas dos revoltosos em Roosebeke, Ypres e Bruges. Em 1384, por morte de Luís de Male, Filipe o Ousado tornara-se conde da Flandres. Subsistia no entanto a insubmissão de Gand. Só no Verão de 1385 se esboçam os caminhos pacificadores, tudo culminando no tratado assinado em Tournai, em 18 de Dezembro do mesmo ano. O instrumento que consubstancia esta paz é uma carta de Filipe, publicada em toda a Flandres e amplamente difundida; Froissart transcreveu-a na íntegra.

O mesmo fará MP anos decorridos: depois de lembrar que a *Crónica do Religioso de St.-Denis* terá sido iniciada entre 1394 e 1398 (logo, entre 10 a 15 anos decorridos sobre os acontecimentos flamengos que culminaram na paz de Tournai), BG debruça-se sobre a versão de MP da carta do duque da Borgonha: uma tradução «*exacte et précise*» (pp. 166-167); mas não *total*, como se fará notar logo de seguida: de facto, o *Religioso* não só não transcreverá o preâmbulo outorgante de Filipe – limitando-se à declaração «*humilde*» de aceitação pelos cidadãos de Gand das «*graces, pardons et clemences*» recebidas de Carlos e Filipe –, como, ao traduzir as cláusulas da paz, substitui *graça e perdão* por «*un mot aussi peu juridique que possible: indulgentia*» (p. 167). Para além de que, a versão de MP dos acontecimentos que precederam a paz nada tem de verosímil: ignorando como é que em Gand «*le parti de la paix l'a emporté*», o *Religioso*, «*nouveau Salluste*», dá a palavra a um anónimo ourives que mais ninguém refere, exortando os concidadãos à não-resistência ao senhor natural, mas antes ao pedido da sua clemência (*clemenciam*) e perdão (*veniam*) (p. 167); no mesmo contexto, não faltam as citações e paráfrases de excertos morigerantes de Cícero; como também não faltam frases exaltatórias do rei e da majestade real, da eminência régia, do régio arbítrio (p. 168). O modo como os embaixadores de Gand se apresentam em Tournai – montados em cavalos adornados (*phaleratis*), uniformizados e com grande pompa (*apparatu pomposo*) (p. 168)<sup>7</sup> – é qualificado de *passivum scandalum* – utilizando aqui um conceito («*escândalo*») ausente do latim clássico, proveniente do grego e já corrente na *Vulgata*, e uma distinção (*escândalo activo/passivo*) recolhida de S. Tomás –, mas de que os cidadãos de Gand se souberam redimir quando na presença do rei, perante quem se prosternaram e a quem humildemente suplicaram o perdão dos erros; o rei teria aprovado as condições da paz, fazendo elaborar o acto escrito consignatório em nome de Filipe e de sua mulher. Só que Carlos VI quase não deixou Paris em Dezembro de 1385...

(Quase) Concluindo: «*Nous voyons mieux maintenant comment le Religieux de Saint-Denis a écrit l'histoire. Certes, il doit bien tenir compte des faits. Mais son principal souci n'est pas, comme Froissart, de donner un beau récit. Ce qu'il veut d'abord, c'est bien exposer une théorie. Il ne s'agit pas pour lui de dire ce qui a été, mais ce qui aurait dû être*» (p. 170). O *Religioso* procura assim impor a ideia da majestade real e da sua preeminência na sociedade política; o *perdão* (face outra da *punição*) é uma das facetas essenciais da *justiça régia*, geradora da *paz*. E daí a quase exclusão de Filipe, duque da Borgonha e conde da Flandres, da ou-torga de um acto conscripcionado em seu nome. E (mesmo) a fechar: «*Il convient donc ne point mal user*

<sup>5</sup> Pp. 163-170. Publ. original: 1993.

<sup>6</sup> Reed. em 3 tt. em 1994, com *Introdução* de BG.

<sup>7</sup> Ibid. A *pompa* seria, segundo o vocabulário do *Religioso*, reservada ao aparato real.

*du grand historien qu'est le Religieux de Saint-Denis. Si nous entendons enrichir notre récit de détails qu'il donne seul, nous le faisons à nos risques et périls. Ce sont des idées, et non des réalités, qu'il faut chercher dans le récit de Michel Pintoin. Son histoire n'est pas une carrière de faits assurés. C'est la mise en scène chronologique d'une idéologie»* (p. 170).

Dois destaque na secção II.: os textos 8., «Le voeu de Charles VI. Essai sur la dévotion des rois de France aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles»<sup>8</sup>, e 9., «La folie de Charles VI. Étude de mots»<sup>9</sup>.

O primeiro destes trabalhos deriva do Seminário ministrado por BG na École Pratique des Hautes Études em 1994/95. Escreve o Autor, a abrir:

*«Le 5 août 1392, à la sortie du Mans, le roi Charles VI sombre pour la première fois dans la folie. C'est seulement trois jours après, nous dit le Religieux de Saint-Denis, qu'il retrouva l'usage de la raison. Alors, il se confessa, assista à la messe, communia, et, ajoute Michel Pintoin, "il fit un voeu à sainte Marie et à saint Denis. Il promit d'aller visiter leurs églises lorsqu'il aurait retrouvé la santé»* (p. 219).

Que significado, o de um tal voto, na França de finais de Trezentos ? Nada tem de surpreendente o que toca saint Denis: o texto do *Religioso* abunda em referências ao primeiro bispo de Paris, glorioso mártir, apóstolo da França; nada de inesperado, neste ponto, no voto de Carlos VI.

Já o voto à Virgem poderá, à partida, surpreender, numa Idade Média francesa em que o único rei devoto de Maria pareceria ser Luís XI (p. 220)<sup>10</sup> e em que a consagração do reino à protecção da Virgem viria somente com Luís XIII (1638). Para esclarecer o duplo voto de Carlos VI, BG faz um *survol* sobre a devoção dos monarcas medievais franceses, com especial detença nas épocas de Carlos V e de Carlos VI. Passemos por alto os tempos que vão dos alvares do século XII à canonização de Luís IX (1297). Quando esta se dá, os três *haut lieux* do culto ao *rei-santo* são Saint-Denis, a Sainte-Chapelle e – significativamente – Notre-Dame de Paris (p. 230).

Em 1304, Filipe o Belo dar-nos-á uma como que anteviú do voto de Carlos VI: vitorioso sobre os flamengos em Mons-en-Pévèle, o monarca agradece conjuntamente a *Notre-Dame* e a *saint Denis*, «spécial protecteur du royaume de France»; mas além da abadia de Saint-Denis, determina celebrações futuras em Notre-Dame de Boulogne, Notre-Dame de Paris e Notre-Dame de Chartres; e eis um Filipe o Belo devoto de seu avô e da Virgem, mas prestando devoção a esta última sobretudo em igrejas catedrais (pp. 231-232). E o primeiro *Capeto-Valois*, Filipe VI, vitorioso sobre os flamengos em Cassel (1328), «a pratiquement mis ses pas dans ceux de Philippe IV», neste caso em Chartres (pp. 232-233).

Nos momentos *quentes* da revolta parisiense de Étienne Marcel (1358), o delfim Carlos, futuro Carlos V<sup>11</sup>, e os parisienses que lhe permanecerão fiéis não duvidarão de que a vitória sobre os inimigos se deveu a Cristo, à «sa benoicté douce mère» e a *saint Denis* (p. 239). Em momentos diversos do seu reinado, este rei que fôra duque da Normandia, visitará Notre-Dame de Ruão, e também Notre-Dame de Chartres e Notre-Dame de Paris, aí orando e por vezes instituindo missas; e na catedral parisiense e em Saint-Denis o rei dará graças em Dezembro de 1368 pelo nascimento do seu varão primogénito, futuro Carlos VI (pp.

<sup>8</sup> Pp. 219-275. Publ. original: 1996.

<sup>9</sup> Pp. 277-283. Publ. original: 1995.

<sup>10</sup> A par, no entanto, de diversos outros santos.

<sup>11</sup> O rei João o Bom está prisioneiro em Inglaterra.

<sup>12</sup> A pp. 243 ss. vej-se as peregrinações (25 na totalidade do reinado) e as dotações régias ao tesouro de Notre-Dame de Paris na sequência do nascimento do delfim.

240-242)<sup>12</sup>. E num balanço final sobre a devoção do rei em causa, BG escreve: «*Au total, la dévotion de Charles V, où se conjuguent tradition et innovation, nous apparaît comme une dévotion profonde, bien ordonnée, minutieusement organisée. Et de cet ensemble complexe et structuré se détachent deux saints, Notre-Dame et saint Denis, deux lieux, Notre-Dame de Paris et Saint-Denis en France, et les trois moments essentiels d'un cycle dévotionnel qui mène le roi à Saint-Denis en France le 24 février et le 9 octobre, et à Notre-Dame de Paris le premier dimanche de l'Avent*» (p. 257).

Algo parece desestruturar-se na menoridade de Carlos VI (1380-1388) (pp. 260 ss.): se bem que dizendo quotidianamente as suas *horas*, o jovem monarca parece sobretudo devoto de Santa Inês – em cujo dia nasceu – e de S. Cosme e S. Damião. E mesmo em contextos de vitória militar, o que transparece do texto de MP é a exaltação do *oriflamme* e a devoção a saint Denis, com omissões de visitas do rei à catedral parisiense; à qual, de qualquer modo, não parece dirigir-se pessoalmente ao iniciar o seu governo pessoal em Novembro de 1388, em Reims, pouco antes de completar 20 anos; ao que parece, desde 1380 que não entrava na catedral; na circunstância, coube ao chanceler e ao bispo de Evreux uma visita a Notre-Dame em nome do soberano (p. 264).

Os primeiros acessos da loucura real parecem ser assim a causa do retorno às práticas devocionais de Carlos V. Ainda que sem referências em MP, o certo é que Carlos VI visita diversas vezes a catedral parisiense a partir da convalescência da sua primeira crise (Outono de 1392); o mesmo faz, é certo, à abadia de Saint-Denis; mas em poucos meses «*La mystique de l'oriflamme [...] était oubliée*» (p. 267).

Aquando da sua segunda crise (Jun.1393/Jan.1394), Carlos VI fará voto a S. Miguel Arcanjo. Restabelecido, peregrinará ao Mont-Saint-Michel (Fev.1394); entretanto, em Agosto do ano anterior nascera uma filha, a que foi dado o nome de Maria. E numa mal conhecida viagem ao Puy (Mar.1395), o monarca toma a iniciativa da confecção de um manto para a estátua da Virgem localmente existente. A partir do Advento de 1394 Carlos VI retoma o hábito das visitas a Notre-Dame de Paris; e aí, em Janeiro de 1397, mandará celebrar missa, nascido que fôra o seu filho Luís, duque de Guyenne, futuro delfim. E até 1397 manter-se-ão com regularidade as visitas a Saint-Denis e a Notre-Dame, consubstanciantes do voto de 1392 (pp. 268-273). O ano em causa assiste ao início da multiplicação dos acessos da doença e ao empobrecimento documental. Ainda assim, qualquer melhoria parece ser seguida de alguma deslocação concretizante, uma vez mais, do *voto*, o qual, associado aos progressos do mal régio, «*avait bien fait de Notre-Dame de Paris le sanctuaire privilégié de la dévotion royale*» (p. 274).

A concluir, BG aponta o voto de Carlos VI como situado «*dans une tradition séculaire qui avait depuis longtemps fait de Notre-Dame et de saint Denis les deux patrons conjoints du roi et du royaume de France*» (p. 274). Recordando brevemente os tempos de Filipe o Belo, Filipe VI e Carlos V, o Autor relembraria também a negligência da tradição devocional nos primeiros anos de Carlos VI, situação seguida, após o primeiro acesso de loucura (1392), de um retorno à devoção a saint Denis e a Notre-Dame; o agravamento do mal, a frequência e a imprevisibilidade das crises levaram por fim ao concentrar da devoção régia na catedral da capital do reino. E mesmo a fechar: «*(...) après Philippe Auguste, la sainteté de Louis IX, la foi de Philippe IV, la piété de Philippe VI, la sagesse de Charles V et la folie de Charles VI avaient, chacune à son tour, contribué à façonner la dévotion du roi très chrétien*» (pp. 274-275).

«*La folie de Charles VI*» mostra-nos um dos pontos fortes do Autor, *inclusive* na sua prática didáctica: as análises de vocabulário; em torno, neste caso, da consabida *loucura* do rei, declarada pela primeira vez em 1392, como já se viu. Tema muito frequentado, já presente em Froissart (mas só no tocante às primeiras crises), objecto de abordagem histórico-médica nos alvores do século XX, acaba no entanto por ter em MP «*le seul témoin qui nous permet de suivre la folie royale de façon continue, pendant trente ans*» (p. 277). Qual o vocabulário do *Religioso* para a loucura de Carlos VI? É este o objectivo - ainda que, aqui, sucintamente - de BG, repousando no tratamento informático do léxico da *Crónica*. E a questão é pertinente na medida

em que «Les clercs nourris de la Bible et des Pères de l'Église, les théologiens, les juristes, les médecins et les gens ordinaires n'avaient pas sur la folie les mêmes perspectives, et n'en parlaient pas avec les mêmes mots» (p. 278). Poder-se-á dizer, sucessivamente, que MP se demarca do léxico que encara o louco como possesso do demónio (*demoniaci, possessi, energumeni*) ou como como vítima de sortilégiós (v.g. *maleficiis et sortilegiis detentus*), bem como do vocabulário médico (*freneticus, maniacus, melancolicus*)<sup>13</sup> ou jurídico (*furiosus, in-drucie, intermissio, intervallum*).

Que léxico, então? E que perspectivas? «Pour l'essentiel, Michel Pintoin n'a sur la folie royale que le point de vue du clerc cultivé qu'il était, nourri de la Bible et des Pères» (p. 279). Na linha de Gregório Magno, MP vai encarar a *caecitas mentis* como uma consequência da luxúria, dos pecados de juventude (*ob excessus juveniles*). Só a oração e a reforma dos costumes poderiam curar o rei: «(...) on dira peut-être un jour, que la conséquence la plus remarquable de la folie de Charles VI a sans doute été de pousser les français à prier davantage encore pour leur roi. Comme la sainteté de Louis IX, la folie de Charles VI a fait beaucoup pour la religion royale» (p. 279). Clérigo culto, imbuído de concepções políticas, devoto da majestade real, MP opta assim por falar da *maladie du roi*, sem mais ou com pouco mais, v.g. – e por ordem crescente de ocorrência – expressões ou vocábulos como *incommodo, vexatio, invalidudo ou valitudo adversa, dolor, morbus, egri-tudo e infirmitas*. Mas a doença era mental: na linha, uma vez mais, de Gregório Magno e também do Pseudo Agostinho e de S. Bernardo, MP irá também falar de *mentis obnubilatio, mentis cecitas* ou de *ignorance tenebris obnubilatus* (eventualmente *detentus* ou *involutus*). Concessões a uma linguagem mais vulgar também as há, embora mais pontualmente e em contextos «sui generis»: *mente captus, alienatus, amencia, vesanus*. Particularmente chocantes para um devoto da realeza majestática seriam as consequências da doença sobre a imagem régia de dignidade: daí que MP fale por vezes em gestos ou atitudes *indecentes* ou *dedecentes* (*gestus majestatem regiam dedecentes*).

Após estes «traços constantes» do testemunho do *Religioso* sobre a loucura de Carlos VI, BG vai facultar-nos a diegese vocabular para o texto de MP referente aos anos de 1392 a 1417. E conclui: «Notre étude (...) nous a (...) permis de commencer à saisir (...) quel regard les sujets de Charles VI ont porté, pendant trente ans, sur la maladie de leur roi. Car il n'est peut-être inutile de savoir le diagnostic qu'un médecin, en 1395, peut porter sur la maladie de Charles VI. Mais il est beaucoup plus important de savoir comment un Français, en 1395, pouvait la voir» (p. 283).

Um único destaque na secção III: o texto 11., «Le roi, ses parents et son royaume en France au XIV<sup>e</sup> siècle»<sup>14</sup>.

O Autor começa por se dar conta do cuidado com que os autores contemporâneos (ou quase) de Carlos VI anotam o parentesco régio ou a proximidade ao rei (v.g. seu cavaleiro) quando a alguém de tais condições referem. Os parentes do rei eram sem dúvida uma «estrutura essencial da sociedade política». E continua: «(...) aux alentours de 1400, il me semble bien que les parents du roi constituent un état distinct dans la société politique française, et le plus puissant. Il me semble bien que la parenté royale au XIV<sup>e</sup> y est une solidarité parmi d'autres, mais la plus forte. Mon propos (...) est d'essayer de préciser les progrès de la parenté royale au XIV<sup>e</sup> siècle, et ce qu'il faut bien appeler sa faillite au XV<sup>e</sup> siècle» (p. 302).

BG parte uma vez mais da análise vocabular. Assim, «parentes» e «primos» (*cognati, consanguinei*) podem ter um alcance lato; mas também se pode ir para a perifrase, e referir, por exemplo, «mon frère, mes oncles et mes cousins»; e como termos particularmente englobantes apontam-se «sangue», «linhagem», «casa» (pp. 302-303).

É evidente que se no âmbito da problemática em causa se toma o tempo de S. Luís como *terminus a*

<sup>13</sup> E o *Religioso* é particularmente hostil às explicações médicas.

<sup>14</sup> Pp. 301-324. Publ. original: 1988.

*quo e o de Carlos VI como terminus ante quo*, se detecta uma evolução de monta. No século XIII, os três grupos que cercavam o rei (*barões, grandes oficiais e parentes*) não se recobriam nem o primado pertencia aos *parentes*, antes aos *barões*. Na evolução até à época de Carlos VI, BG distingue 2 momentos:

1. Os anos finais do século XIII (1297 ss.), altura em que, para poder julgar o conde de Flandres, como vassalo infiel, Filipe o Belo nomeia de uma assentada 3 novos pares do reino (o conde de Anjou, o conde de Artois e o conde [doravante duque] da Bretanha); o parentesco, ainda que existente, não constitui argumento nesta tríplice elevação ao pariato (pp. 303-305).
2. A fase final de Carlos IV e o advento de Filipe VI de Valois, fase que assiste, complementarmente, ao desenvolvimento da *mística da coroa* e da *mística da linhagem real*; o segundo ponto está bem patente na justificação de elevações de dignidade (v.g. baronias a condados) no seio da aristocracia; e pelos anos 30 um poema de Philippe de Vitry falará pela primeira vez de «*Seigneurs du sang de France*» (pp. 306-309).

Os meados de Trezentos verão entretanto surgir uma situação nova – a da ausência do rei: é a prisão de João o Bom em Inglaterra, a menoridade de Carlos VI e os seus acessos de loucura a partir de 1392. Em tais condições, os parentes «(...) auraient pu maintenir la paix et le prospérité du royaume. (...) Car les parents du roi avaient le vif sentiment de ne former qu'un corps» (p. 309).

Seria, no entanto, que a linhagem real se iria tornar «*un des solides piliers de l'État moderne*» (p. 312)? É o que o século XV não vai de todo confirmar. Antes de mais porque a linhagem real é uma «multidão», nem sempre «homogénea» (p. 312); depois porque à hierarquia do parentesco viria opor-se a hierarquia da *dignidade* (pp. 313 ss.). Assim sendo, «(...) l'ambition, l'envie et la haine pouvaient se déchaîner» (p. 319). Quando Carlos VI morre, em 1422, os seus parentes prisioneiros desde Azincourt (1415) vão regressar; e depois haverá outros parentes. E escreve BG a fechar: «*Loin de moi l'idée de prétendre que les parents du roi ne vont pas avoir leur place dans la France moderne. Mais cette place ne représentera vraiment pas grand-chose en comparaison de ce qu'ils avaient pu espérer vers 1400. (...) au XIV<sup>e</sup> siècle, le roi de France a pu espérer construire son royaume avec l'aide de ses vassaux et de ses parents ; à la mort de Charles VI, il était évident que l'État moderne se construirait sans et même contre le lignage royal*» (p. 324).

E um último destaque na derradeira secção: o texto 18., «*Non perjurabis. Serment et parjure en France sous Charles VI*»<sup>15</sup>.

A abrir: «*Le mercredi 23 novembre 1407, Jean sans Peur, duc de Bourgogne, faisait assassiner à Paris, rue Barbette, son cousin germain Louis d'Orléans, frère unique du roi Charles VI. Le meurtre était horrible. Ses circonstances l'étaient plus encore. Car le dimanche précédent, le 20 novembre, les deux ducs s'étaient juré "bon amour et fraternité" avant d'entendre la messe et de communier ensemble*» (p. 409)<sup>16</sup>. Meses decorridos, em Março de 1408, Jean sans Peur, pela boca do doutor-teólogo Jean Petit, procurará justificar o seu acto com a alegação de que Louis d'Orléans era um *tirano*; e *tiranicídio* não seria *homicídio*... O que não ficará sem resposta: em Setembro do mesmo ano, o abbe de Cérisy contestará a ideia de *tiranicídio*, em nome dos laços que uniam os dois contendores: donde, «*cruel homicide*», «*traistre homicide*», «*trahison abominable*», morte «*desloyale*» (pp. 409-410). E em 1413 Jean Gerson lutará pela proclamação como herética da tese do *tiranicídio*, em Paris primeiro, no concílio de Constança depois; os argumentos são dois, tirados da Bíblia e de princípios cristãos fundamentais: «*Non occides*» e «*Non perjurabis*»; ao que se acrescenta a opinião de S. Tomás e de outros doutores de que o *perjúrio* é pecado mais grave que o *homicídio*, «*car le parjure met plus immédiatement en cause Dieu, qu'il avait pris à témoin*» (p. 410).

<sup>15</sup> Pp. 409-423. Publ. original: 1989.

<sup>16</sup> Note-se que nos anos 90 BG dedicou um livro monográfico a esta ocorrência: GUENÉE, Bernard, 1992 - *Un meurtre, une société. L'assassinat du duc d'Orléans, 23 novembre 1407*, Paris, Gallimard.

O que representava então o juramento na França de Carlos VI? Cumprirá destacar a sua difusão como prática social e religiosa (pp. 411-417):

- a) Presta juramento o próprio rei aquando da sagrada;
- b) perante ele juram os vassalos, no quadro da *fidelidade* e da *homenagem*;
- c) juram os oficiais no momento da entrada em funções;
- d) juram os prelados, ao tomar posse do *temporal*;
- e) múltiplas são as circunstâncias – apenas menos frequentes – em que nos meios não-nobres se presencia juramento, v.g. por ocasião de uma transacção, considerada dependente da «*foy de marchandise*»; o matrimónio chega a ser designado, cumulativamente, de «*sacrement et serment*»; e infinidadeáveis são as ocasiões de juramento ao mais elementar nível do quotidiano;
- f) acrescente-se que não faltarão as «pazes juradas» na conjuntura que se segue à morte violenta do duque de Orléans.

Tudo isto permitindo assim ao Autor o fecho deste ponto nos seguintes termos: «*Des théologiens français pouvaient d'ailleurs rappeler que deux Rois de France, malgré ce qu'il en avait coûté, avaient tenu parole à leurs ennemis (...). Et ses sujets [leur] avaient donné raison, puisqu'ils avaient la conviction profonde que le serment était le seul garant de l'ordre et de la paix, dans le royaume et entre les nations*

Simplesmente, a realidade tinha outra face: «(...) si le serment était (...) fréquent, (...) le parjure ne l'était pas moins» (p. 417). E pelas mais diversas razões, em boa parte tendo a ver com as três condições implícitas de qualquer juramento: «*judicium, justitia, veritas*» (p. 418); pelo que:

- a) «*Un serment ne peut non plus aller contre l'ordre de la charité (...). On ne saurait s'obstiner à respecter un serment qui tournerait au préjudice de ceux qu'on aime*» (p. 418);
- b) «*Un serment ne saurait obliger à faire quelque chose de nuisible*» (idem);
- c) «*(...) un serment n'a pas à être tenu si les choses ne restent pas en l'état*» (idem);
- d) «*Ainsi s'accumulaient les raisons qui permettaient de ne pas tenir un serment, et surtout un serment prêté à un tyran*» (idem);
- e) «*La triste réalité (...) [:] ni en fait, ni en droit, le serment n'était le fondement assuré sur lequel reposait la société. Le serment était quotidien. Mais le parjure l'était aussi. Il était même souvent licite*» (p. 421).

De tal modo, «*La faillite du serment sous Charles VI obligeait alors à s'interroger sur son importance réelle dans la société politique*» (p. 422). BG lembra que Baldo já observara que a fé antiga não necessitava de juramentos de fidelidade. Só a imperfeição moral justificaria «*l'obligation de serment et de jurement*» (idem). Pelos finais da Idade Média, J. Gerson admitia que a vida pública precisava menos de juramentos que de «*loyal amour*» e de «*bonne foy*» (idem).

E mesmo a concluir: «*Pendant des siècles, la société politique avait tenté de s'appuyer sur des contrats, des amitiés, des alliances confirmés par des serments. Les serments s'étaient peu à peu multipliés. Ils étaient devenus, sous Charles VI, presque quotidiens. Mais cette fréquence ne faisait que souligner leur impuissance. Beaucoup se rendaient maintenant compte que mieux valait tenter de construire la société politique sur ce qu'imposaient des obligations naturelles comme la parenté ou la sujétion. Le temps de Charles VI, avec tous ses drames, avec ce long débat qui suivit le meurtre du duc d'Orléans, marque (...) le début d'une lente évolution qui va contester, puis réduire, puis ruiner la place du serment dans la vie politique*» (pp. 422-423).

Fica deste livro a lição de um verdadeiro *clerc*, jubilado da Função Pública mas continuadamente prodigalizando os frutos do seu múltiplo saber; com grande júbilo dos seus fiéis leitores.

**FERREIRA, Jaime Alberto do Couto; FIGUEIRA, João José Monteiro, 2001 – *A electrificação do centro de Portugal no século XX*, Coimbra, EDP Distribuição, S.A.**

Com uma excelente apresentação gráfica, eis um trabalho criterioso e minucioso sobre o alastrar da luz eléctrica à região Centro, dando assim relevo a um tema que só recentemente tem suscitado a atenção dos historiadores.

Embora anteriormente reconhecida e implementada, só no século XX a electricidade vai surgir em todo o seu esplendor, por via da organização de empresas, muitas delas de pequena dimensão, que se dedicam à sua produção e/ou à sua distribuição. No nosso país, a electrificação foi um processo esparsa e, como tantos outros atrasado, ante a impaciência das populações que, envoltas em “trevas” ansiavam pela “luz”, facilmente se reconhecendo que, sem energia eléctrica, era impensável qualquer tipo de crescimento económico moderno que trouxesse consigo o desenvolvimento, isto é, a qualificação da vida. O presente volume passa em revista os “agentes e políticas” de electrificação portuguesa, evocando, sinteticamente, as iniciativas particulares, o papel das empresas privadas e o papel regulador (e depois empresarial) do Estado. Chama ainda a atenção para a fórmula associativa (comissões de iniciativa e cooperativas) e para as entidades públicas (municípios, federações municipais e juntas de freguesias), esboça uma cronologia do processo de electrificação, debruça-se sobre as questões da produção (hidroeléctrica, termoeléctrica e nuclear) e não esquece uma referência ao desenvolvimento das indústrias de material eléctrico, conferindo depois relevo ao processo de nacionalização e à organização da EDP já no pós-25 de Abril, altura em que só então se processou a normalização das tarifas e se concluiu a cobertura nacional da rede eléctrica, retomando-se, recentemente, os caminhos da privatização e da chamada de empresas privadas para a produção pelo processo de “co-geração”

A parte substancial do livro (cerca de 260 páginas num total de 347) destina-se, no entanto, ao processo de electrificação do centro de Portugal, até à constituição da EDP, debruçando-se sobre a construção do espaço “centro”, e promovendo um itinerário de reconhecimento e apresentação dos produtores e/ou distribuidores e sua caracterização, utilizando como fonte principal aquela que é, historicamente, a melhor estatística portuguesa – a *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal*, organizada a partir dos finais dos anos 20 pelo eng. Ferreira Dias –, complementada por outro tipo de informações, entre as quais avultam as derivadas de jornais locais, com reproduções de algumas páginas de exaltação perante a chegada da energia eléctrica. Ante os nossos olhos, perpassam assim, por localidade ou por concelhos, os pioneiros da electrificação, no meio dos quais vamos encontrar muitas unidades industriais, que, por iniciativa própria, promoviam a produção da sua própria energia e comercializavam o excedente para iluminação local.

Para além das considerações finais, o livro termina com uma listagem das empresas e indivíduos envolvidos no processo de electrificação no espaço correspondente ao centro de Portugal.

Pela qualidade das informações que traz sobre a região centro, bem como informação mais geral, nomeadamente as notas de enquadramento legislativo, este livro passa a constituir uma referência para os estudos do sector, revelando um trabalho sério e sistemático, justificando um merecido louvor aos seus autores.

Jorge Fernandes Alves

**PEREIRA, Miriam Halpern, 2001 – *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, ICS.**

Através da publicação da colectânea acima citada, a autora disponibiliza para o grande público um conjunto de textos redigidos em épocas diferentes, hoje dificilmente acessíveis, que fo-

calizam os seus temas de sempre – o desenvolvimento económico e os respectivos contextos históricos no âmbito da implantação do liberalismo em Portugal, num sentido amplo.

Num curto mais incisivo prefácio, a autora traça as coordenadas subjacentes à sua forma de “ler a história”:

- “recusa do primado económico, depurado do social e do político. A racionalidade ou irracionalidade da economia é considerada como resultante da atitude dos grupos sociais e das opções políticas que viabilizaram. Tem um rosto, não constitui um resultado mecânico de forças completamente incontroláveis”.
- “as avaliações quantitativas são sempre ideológicas, tem subjacente conceitos que determinam a construção dos números”, daí a importância da salvaguarda da documentação que lhes serviu de base.
- “a ruptura com a concepção mítica de um desenvolvimento industrial uniforme, centrado na grande indústria e na mecanização”.

O título do volume consubstancia estas posições, que se podem observar ao longo dos cinco capítulos.

O reconhecimento da multiplicidade de caminhos para a industrialização é uma das propostas veiculadas pelo primeiro capítulo, intitulado “Diversidade e crescimento industrial”, que se debruça em particular sobre o caso português, tomando como referências os processos do algodão e dos lanifícios. Partindo das posições críticas de R. Samuel relativamente ao modelo britânico e ao jogo entre trabalho mecanizado e trabalho manual, sublinhando o facto de a mecanização de um sector ser frequentemente acompanhada por acréscimos de trabalho manual noutros e, portanto, se verificar um avanço muito desigual no domínio da mecanização, a autora recenseia outras posições que apontam para a diversidade, nomeadamente para outras formas de resposta, tais como o processo de ruralização verificado no Norte de Itália em resposta à nova divisão internacional do trabalho. É à luz destes estudos que Miriam Halpern Pereira procura reequacionar o caso português, numa perspectiva comparada, em que o Porto, a Covilhã e Lisboa são objecto de uma análise cuidada, nomeadamente através da crítica desenvolvida sobre a informação dos inquéritos industriais de 1881 e 1890 (sobre a sua grelha de leitura, o campo conceptual, a classificação das unidades). Assim, entre nós, o “capitalismo industrial caracterizou-se por uma prolongada articulação entre fábrica, pequena indústria e trabalho a domicílio, com acentuada localização nas zonas suburbanas e rurais”, articulação que não deverá ser considerada arcaica, mas como uma “forma de adequação às condições mercantis”.

No segundo capítulo, “Portugal entre dois impérios”, a autora discute o papel da desestruturação do espaço económico criado com a perda do Brasil e o processo de redefinição do espaço nacional, sobrelevando o esforço para a diversidade de mercados através dos dispositivos pautais e de tratados, equacionando as políticas económicas adoptadas durante o século XIX e inícios do século XX.

Em terceiro lugar, na organização do volume, surge um artigo datado de 1972, “Assimetrias de crescimento e dependência externa”, cuja temática se tornou referencial na obra da autora, nomeadamente a discussão sobre o “crescimento agrícola sem industrialização (1847-1914) e “industrialização sem reforma agrária (1940-1970).

“Oliveira Martins e o fontismo” é o título do quarto estudo, em que a autora nos brinda com uma releitura do pensamento martiniano, autor que, assumidamente, influenciou seu “companheiro intelectual durante muitos anos”, no reconhecimento da sociedade e da economia oitocentista.

O livro fecha com “A política portuguesa de emigração”, traçando um largo conspecto sobre esta problemática para o período 1850-1930, evidenciando as “características novas” observadas a partir do século XIX, numa perspectiva “geo-histórica”. Articulando a função da emigração portuguesa com a política imigratória do Brasil, a autora passa em revista as redes de recrutamento, as mitologias da fortuna e do retorno, o papel das remessas, a política da emigração, apresentando anexos relativos a remessas dos emigrantes.

Confrontando-nos com novos estudos ou facilitando a revisitação de temas mais antigos, o presente volume constitui mais uma assinalável presença da autora, que demonstra disponibilidade e capacidade para reapreciar as suas próprias posições, ao mesmo tempo que congrega um conjunto de estudos incontornáveis para os que se preocupam com a análise dos problemas económicos e sociais da nossa época contemporânea.

Jorge Fernandes Alves

NUNES, Maria de Fátima, 2001 – *Imprensa Periódica científica (1772-1852) – Leituras de “Sciencia Agrícola” em Portugal*, Lisboa, Estar.

Sete anos após a apresentação, na Universidade de Évora, da dissertação de doutoramento da autora, sai agora a público o respectivo texto (em versão parcial), pormenor que, só por si, revela as dificuldades de publicação para os estudos científicos em Portugal e as assimetrias que se vislumbram neste domínio, tanto mais saliente quanto se trata de um trabalho de referência para a área do publicismo cultural e científico, que tem inspirado outras investigações ao nível dos cursos de pós-graduação em diversas universidades.

Assinala-se, por isso, com redobrado prazer a edição desta obra que, como o título indica, se desenvolve em torno dos periódicos de divulgação sobre a agricultura nos tempos de transição para o liberalismo, indagando do jogo entre velhos e novos saberes e da respectiva divulgação, em conjugação com as preocupações científicas e culturais da época e as propostas de intervenção que se verificam neste domínio, fornecendo ainda uma prosopografia dos periódicos representativos da época assinalada. A obra beneficia ainda de três “leituras” (de António Camões Gouveia, Zilia Osório de Castro e Luís Reis Torgal) que ajudam a situar a obra e a sua autora.

A obra em apreço estrutura-se em quatro partes, das quais a primeira, intitulada “Imprensa Periódica Científica em Portugal”, assume uma função introdutória, apresentando a base material da investigação – os periódicos científicos - e esclarecendo as linhas de apreensão da arqueologia dos saberes neles contidos, na conjugação da cultura dos redactores com os sinais exteriores de leitura. Assim, tendo em conta o peso relativo e substancial das três partes restantes, podemos dizer, na linha das afirmações de Zilia de Castro, que a obra se desenvolve segundo um esquema triádico, em que os conceitos de *cultura, ciência e técnica* surgem como axiais na prossecução do trabalho.

A segunda parte, intitulada “Periódicos Científicos e Instrutivos: das Luzes ao Liberalismo”, desenrola-se em cinco capítulos, passando pelas academias e outros círculos de sociabilidade cultural, pelos periódicos das Luzes, pela emergência de novos títulos com o desfilar do século XIX e os alvores do liberalismo, debuxando a integração dos títulos e autores nos seus contextos.

A terceira parte, dirige-se mais directamente para os problemas da agricultura, procurando na imprensa antes inventariada as preocupações com as questões agraristas e agronómicas, partindo a autora, do reconhecimento de que “a agricultura renascida com o impacto da Filosofia Natural tornou-se, a par da Medicina, numa das áreas mais sensíveis da divulgação do conhecimento científico, constituindo os seus temas um mote fácil e flexível, para a difusão e popularidade dos conhecimentos agrícolas”. Dessa forma, os vários capítulos representam o “deambular pelos múltiplos itinerários das ideias agraristas difundidos em Portugal na época das Luzes e da cultura liberal”, visando a regeneração da sociedade portuguesa. As panorâmicas deste percurso efectuam-se sobre as sociedades e as associações suas sucedâneas, sobre as propostas de ensino agrícola (tratados, dicionários e manuais), sobre os tratadistas da “sciencia agrícola”.

Numa quarta parte, em torno da “divulgação e transmissão da ciência: memórias e valores; imagens e mitos”, analisa-se o discurso agrarista, a sua ligação com a memória cultural e o quadro de valores da agricultura e os principais agentes difusores do agrarismo, com referências ao “eterno atraso” agrícola português.

Uma extensa lista bibliográfica e de fontes impressas completa o volume que passará a constituir um contributo assinalável como apoio para novas investigações na sua área.

Jorge Fernandes Alves

**ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos, 2000 – Portugal – Brasil, Migrações e Migrantes, 1850-1930, Lisboa, Edições INAPA.**

A obra em apreço constitui um álbum de grande qualidade que explora o riquíssimo património histórico legado pelos emigrantes portugueses no Brasil e no seu retorno a Portugal. Publicado no V centenário da descoberta do Brasil, sublinha a mudança de estatuto na corrente migratória a partir do “grito do Ipiranga”, em que os colonos se transformam em emigrantes e imigrantes, conforme a focalização, valorizando as relações entre os dois países desenvolvidas a nível interpessoal, num quadro social em que sobressai o “brasileiro” como protagonista central, figura conhecida, reconhecida, muitas vezes nobilitado.

Neste quadro e segundo os autores, o trabalho pretende “apresentar um retrato, que se pretende fiel mas que sabemos ser necessariamente incompleto, das expressões visíveis das múltiplas e ricas relações entre Portugal e o Brasil, na viragem do século XIX. Pretende-se ainda dar deste retrato uma visão simétrica, perspectivada de um e outro lado do Atlântico”. Para esse efeito, além de aturada investigação, recorreram a um formato aliciante, quer do ponto de vista da escrita, com um texto leve e atraente, quer do ponto de vista iconográfico, em que as múltiplas fotografias recuperadas de publicações da época ou obtidas ao presente sobre as casas de “brasileiros” cativam o leitor para a aproximação pretendida ao tema.

O livro procura, então, circunscrever o ciclo migratório, nas suas diversas fases. A problemática da atracção do emigrante é tratado sob o tópico “a miragem”, relevando-se a figura do engajador na contratação de emigrantes e na promoção de ilusões que os levam ao embarque.

“A Travessia” procura retratar as condições da viagem marítima para alcançar o Brasil, documentando as características do transporte marítimo da época, bem como os problemas no desembarque (as hospedarias) e as formas de atingir o destino final nas plantações, aspectos abundantemente ilustrados.

No capítulo “Os Portugueses no Brasil: actividades e sucessos” valorizam-se, sobretudo, as representações emitidas por jornalistas e literatos sobre a colónia portuguesa no Brasil, mostrando a multiplicidade de ocupações desenvolvidas pelos portugueses e os seus níveis de sucesso, desde as actividades mais simples ao sucesso comercial, industrial ou bancário.

Em “Espaços portugueses na sociedade brasileira” perpassa o papel dos portugueses nos gabinetes de leitura, na promoção de hospitais e numa grande diversidade associativa.

O papel do “brasileiro” em Portugal, na fase do retorno, abrange três capítulos, um sobre as representações literárias em torno do tipo social, outro sobre as consequências sociais e económicas de sua influência directa (remessas, fomento económico, promoção escolar) ou indirecta. Num terceiro, traçam-se biografias de alguns nobilitados e desenvolve-se um quadro prosopográfico mais conciso. Alguns exercícios cartográficos procuram representar os destinos da acção dos “brasileiro” (edificações de culto, donativos para assistência e cultura, edificações escolares, melhoramentos urbanos).

Num capítulo final, “A Ponte Atlântica”, confere-se relevo às acções que a comunidade portuguesa no Brasil desenvolveu em prol da melhoria de relações entre os dois países.

Sustentado numa investigação longa e reconhecida, que aqui apenas aflora, destinado ao grande público e equacionando os principais tópicos da emigração portuguesa para o Brasil de uma forma leve e atraente, este livro cumpre plenamente o seu papel, conseguindo cativar para esta problemática leitores esquivos a outras formas de abordagem, sendo que cativar é, como dizia, Saint Exupéry, criar laços, afinal o aspecto mais importante no contexto comemorativo em que esta publicação se inseriu.

Jorge Fernandes Alves

AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto, 1999 – *Francisca Catarina (1846-1940). Vidas e raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de comunidade)*, Guimarães, NEPS (Universidade do Minho).

Escrito a duas mãos, este estudo é um recuo, cientificamente apoiado, à tessitura social de S. João do Pico, Açores, tomando como pretexto a evocação de um ascendente com peso específico no universo familiar – a bisavó de Norberta Amorim. Dívida sentimental de um dos autores, o livro surge como desafio “de contar a vida sofrida dessa mulher, vida que se enraizava na curta história de uma comunidade sujeita a cataclismos naturais que, sem enjeitar o sonho, aprendera a sobreviver numa terra tão avara quanto bela”.

Tecer a biografia da bisavó Catarina não foi tarefa fácil, desde logo porque passou pelo recurso a duas perspectivas disciplinares principais - a demografia histórica e a antropologia, veiculadas por autores distintos. Se, na preparação do tecido, a demografia, traçando as linhas de vida, da pessoa e da comunidade, constituiu a teia que estabelece a composição geral, a antropologia corresponderá à urdidura, fornecendo os fios transversais que asseguram o cruzamento. É nesse tecido global, que a biografia da bisavó Catarina surge como um “acabamento”, espécie de desenho bordado à mão que dá visibilidade à peça, conferindo-lhe originalidade. Daqui resulta um belíssimo livro, invulgar na nossa historiografia, que constituirá modelo para muitos outros trabalhos, que, como este, procurarão reinventar histórias de vida a partir de uma pessoa “como qualquer outra”.

Caracteriza-se S. João do Pico como “um palmo de terra entre dois mistérios”, mostram-se fotos e descrevem-se as casas da biografada e utensílios tradicionais inerentes à função feminina tradicional e à vida rural, traçam-se-lhe as linhas de vida conhecidas. Procura-se a genealogia de Francisca Catarina até à oitava geração ascendente, recua-se a 1600. Desenha-se depois o colectivo: indicadores demográficos, hierarquia social, crescimento da população e emigração, as estruturas familiares. Confere-se atenção à religiosidade e aos interesses culturais da vida da ilha.

Numa nota de síntese como esta, importa, tendo em conta o trabalho da principal autora, ir-se além do livro, um dos seus muitos livros e estudos. E dizer que este é apenas um número da coleção de monografias que o Núcleo de Estudos da População e Sociedade, da Universidade do Minho, liderado pela Professora Maria Norberta Amorim, vem publicando. Com projectos de investigação ligados aos mestrados da instituição, particularmente ao mestrado de História das Populações, as teses aprovadas vão sendo editadas paulatinamente (12 até ao momento de escrita destas linhas), conferindo visibilidade a esforços que, noutras lugares, ficam arquivados apenas nas bibliotecas, colmatando-se deste modo uma lacuna que até há muito pouco tempo existia na nossa historiografia, que era a dos estudos monográficos baseados em reconstituições de paróquias. Se a isto acrescentarmos, que o NEPS ainda publica outros estudos sob a referência de “Cadernos NEPS” e que edita em formato electrónico (repetido em papel) um boletim informativo do Neps ([www.eng.uminho.pt/neps](http://www.eng.uminho.pt/neps)), disponível para subscrição dos interessados, temos de convir que

a originalidade atinge várias dimensões, revelando uma dinâmica interessante de um grupo científico relativamente restrito e com poucos meios económicos que pode constituir exemplo para o nosso meio universitário.

Jorge Fernandes Alves

ZANTEN, Agnès Van (dir.), 2000 – *L'École – l'état des savoirs*, Paris, Éditions la découverte.

Trata-se de uma excelente obra colectiva (engloba a participação de cerca de 50 autores), sobretudo na área da Sociologia da Educação. Como ponto da situação, como inventário dos problemas mais actuais e pertinentes, como manual de apoio face às sugestões bibliográficas que apresenta no final de cada “artigo/ensaio”, trata-se de uma obra de referência sobre os últimos pontos de vista relativos ao papel e ao espaço da escola na sociedade actual.

Destacaria na sua estrutura:

- A excelente introdução sobre o espaço científico da escola no âmbito das Ciências Sociais (p. 5 a 14);
- A II<sup>a</sup> parte sobre Políticas Educativas (p. 85 a 150);
- A III<sup>a</sup> parte sobre os Saberes (p. 151 a 216) que equaciona aspectos muito pertinentes e, embora num ou outro ensaio tome a realidade francesa como referência, tratando-se de enfoques científicos, a extrapolação poderá sempre fazer-se face aos dados de investigação apresentados;
- A V<sup>a</sup> parte onde se realça a importância dos contextos sociais tanto nos percursos escolares como nas estratégias de aprendizagem;
- A VI<sup>a</sup> parte, onde os vários artigos privilegiam os problemas actuais, tanto na perspectiva do papel do Estado, como na importância e no papel de cada nível de ensino, ou até questões tão actuais como a violência na Escola.

O último ensaio da responsabilidade de François Dubet sobre “Peut-on encore réformer l'école ?” é um bom ponto de chegada para partirmos para uma reflexão mais abrangente que terá de equacionar tanto o sentido da escolarização (numa perspectiva necessariamente histórica) como o papel que o professor e o aluno devem desempenhar no espaço educativo privilegiado que ainda continua a ser a Escola.

Luis Alberto Marques Alves